

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA À SEXTA EDIÇÃO	5
NOTA PRÉVIA À QUINTA EDIÇÃO	7
NOTA PRÉVIA À PRIMEIRA EDIÇÃO	9
ABREVIATURAS	13

PRIMEIRA PARTE **DIREITO ADMINISTRATIVO, LEGALIDADE** **ADMINISTRATIVA E PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO**

I – DIREITO ADMINISTRATIVO, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA **E FUNÇÃO ADMINISTRATIVA**

1. Direito Administrativo, Administração Pública e Função Administrativa	17
2. Âmbito de aplicação do Direito Administrativo	22
2.1. Âmbito de aplicação do Direito Administrativo orgânico ou organizatório: Direito Administrativo e formas da Administração Pública	22
2.2. Âmbito de aplicação do Direito Administrativo como Direito das relações jurídicas administrativas	26
2.2.1. Âmbito de aplicação às pessoas colectivas de direito público	31
2.2.2. Âmbito de aplicação às pessoas coletivas de direito privado	33

II – ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Enquadramento	44
------------------	----

2.	Administração Estadual e Administração Autónoma	45
2.1.	Administração Estadual	45
2.2.	Administração Autónoma	47
2.2.1.	Administração regional e local	47
2.2.2.	Associações públicas e instituições de ensino superior públicas	54
3.	Formas de Administração indirecta	62
3.1.	Institutos públicos	63
3.2.	Empresas públicas	65
3.3.	Fundações públicas	70
4.	Administração independente	74

III – LEGALIDADE ADMINISTRATIVA:

A SUBORDINAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO À LEI E AO DIREITO

1.	Princípio da legalidade e suas insuficiências	81
1.1.	A Administração Pública como Poder	81
1.2.	A Administração Pública como um poder subordinado: o princípio da legalidade da Administração	82
1.3.	A Administração Pública como um poder dotado de autonomia: insuficiências do princípio da legalidade	84
1.4.	Fisiologia da autonomia da Administração Pública: enquadramento jurídico dos poderes de valoração próprios da Administração	89
1.5.	Fronteiras da autonomia da Administração Pública: verdadeira natureza dos poderes de valoração próprios da Administração	94
1.6.	Parâmetros normativos conformadores da autonomia administrativa	103
2.	Princípios gerais da atividade administrativa	107
2.1.	Princípio da igualdade	110
2.2.	Princípio da proporcionalidade	112
2.3.	Princípios da justiça e da razoabilidade	118
2.4.	Princípio da boa-fé	121
2.5.	Princípio da imparcialidade	123
2.6.	Princípio da boa administração	128

IV – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

1.	Enquadramento: aspetos funcionais e estruturais	143
2.	Regime geral do procedimento administrativo	156
2.1.	O responsável pela direção do procedimento	156
2.2.	A conferência procedimental	157
2.3.	Estrutura do procedimento	170
	A. Iniciativa	172
	B. Fase preparatória	175
	C. Audiência dos interessados	178
	D. Fase constitutiva: resolução do procedimento	187
	E. Fase complementar ou de integração de efeitos da decisão	191

**SEGUNDA PARTE
INSTRUMENTOS JURÍDICOS DE ATUAÇÃO
ADMINISTRATIVA**

REGULAMENTOS

1.	Conceito de regulamento – regulamento e ato administrativo	197
2.	Fundamento do poder regulamentar: lei e regulamento	206
3.	Titularidade do poder regulamentar	215
4.	Forma e publicidade dos regulamentos	216
5.	Classificação dos regulamentos: regulamentos de execução e regulamentos independentes	217
5.1.	Regulamentos de execução	218
5.2.	Regulamentos independentes	219
	a) Regulamentos autónomos	221
	b) Regulamentos independentes emanados pelo Governo	222
	c) O problema do poder regulamentar independente das entidades reguladoras	223
6.	Relações entre regulamentos	224
7.	Procedimento dos regulamentos	227
8.	Eficácia dos regulamentos	234
9.	Invalidade dos regulamentos	235
10.	Caducidade e revogação dos regulamentos	237

ATO ADMINISTRATIVO**I – ÂMBITO DO CONCEITO E CATEGORIAS
DE ATOS ADMINISTRATIVOS**

1.	Enquadramento	243
2.	Ato administrativo: caracterização e elementos constitutivos	247
3.	Atos instrumentais: âmbito e espécies	258
4.	Classificações e tipologia de efeitos dos atos administrativos	264
4.1.	Perspectiva formal-abstracta: tipologia de efeitos dos atos administrativos como manifestações de poder jurídico	270
4.1.1.	Atos constitutivos	271
4.1.2.	Atos declarativos: caracterização e espécies paradigmáticas	273
	a) Declarações de nulidade, de caducidade e de incompetência	276
	b) Pré-decisões e pareceres vinculativos	276
	c) Atos de conteúdo negativo	279
4.1.3.	Atos de verificação constitutiva	283
4.1.4.	Atos impositivos	285
4.2.	Perspectiva material-concreta: tipologia de efeitos dos atos administrativos como atos conformadores de relações jurídicas administrativas	286
4.2.1.	Atos conformadores de relações jurídicas entre a Administração e os particulares	289
	A) Atos de prossecução do interesse público	289
	a) Atos agressivos	289
	b) Atos atributivos	293
	B) Atos de satisfação de interesses privados com salvaguarda do interesse público	295
	a) Atos autorizativos	295
	b) Atos dispositivos de bens dominiais	297
4.2.2.	Atos conformadores de relações jurídicas interadministrativas	299
	a) Autorizações	299
	b) Aprovações	299
	c) Delegação de poderes	300
5.	Ato administrativo e meras declarações da Administração	301

**II – FORÇA JURÍDICA E EXECUÇÃO
DO ATO ADMINISTRATIVO**

1. Força jurídica do ato administrativo	311
1.1. Obrigatoriedade do ato administrativo	311
1.2. O problema da presunção de legalidade do ato administrativo	316
2. Execução do ato administrativo	329

III – INVALIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

1. Existência, validade e eficácia dos atos administrativos	339
1.1. Existência dos atos administrativos	340
1.2. Validade dos atos administrativos – regimes da nulidade e da anulabilidade	346
1.2.1. Casos de nulidade	347
1.2.2. Regime da nulidade	350
1.2.3. Regime da anulabilidade – em especial, os casos de afastamento do efeito anulatório do artigo 163º, nº 5	351
1.3. Eficácia dos atos administrativos	362
2. Causas de invalidade dos atos administrativos	364
2.1. Sujeito do ato administrativo e vícios relativos ao sujeito: usurpação de poderes, incompetência e faltas de legitimação do sujeito	364
2.2. Procedimento administrativo, vícios de procedimento e meras irregularidades não invalidantes	368
2.3. Forma e vícios de forma	373
2.4. Objeto do ato administrativo e “violação de lei” por vício quanto ao objeto	375
2.5. Pressupostos do ato administrativo e “violação de lei” por falta de pressupostos	377
2.6. Conteúdo do ato administrativo e “violação de lei” quanto a aspetos vinculados na determinação do conteúdo	387
2.7. Vícios do exercício dos poderes de valoração próprios da Administração	388
2.8. Regime dos <i>atos consequentes</i> de atos inválidos	394

**IV – REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO
DOS ATOS ADMINISTRATIVOS**

1.	Revogação e anulação pela Administração dos atos administrativos (<i>anulação administrativa</i>)	403
2.	Condicionaisismos impostos à revogação e à anulação administrativa	407
2.1.	Condicionaisismos impostos à revogação dos atos administrativos (artigo 167º do CPA)	411
2.2.	Condicionaisismos impostos à anulação administrativa (artigo 168º do CPA)	424
3.	Dever de anulação administrativa	431
4.	Convalidação e substituição sanatória de atos anuláveis	441

V – RECLAMAÇÃO E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

1.	Modalidades e âmbito de aplicação	449
2.	Reclamações e recursos administrativos necessários	455

CONTRATOS

I – ÂMBITO E CATEGORIAS

1.	Enquadramento	465
1.1.	O contrato no contexto do Direito Administrativo	465
1.2.	Contratos administrativos e contratos de direito privado da Administração: os contratos de Direito Administrativo	469
1.3.	Os procedimentos de formação dos contratos: remissão para o Direito dos Contratos Públicos	473
1.4.	Contratos de Direito Administrativo e contratos públicos	481
2.	Âmbito da figura do contrato administrativo	484
I)	Contratos administrativos por natureza	489
I.I)	Contratos sobre o exercício de poderes públicos	489
I.II)	Contratos sobre coisas públicas ou funções públicas	491
I.III)	Contratos que condicionem a realização das atribuições públicas	491
II)	Contratos administrativos por determinação da lei	493
III)	Contratos administrativos por qualificação das partes	494

3.	Principais categorias de contratos administrativos	500
I.	Contratos cujo objeto abrange prestações que estão ou são susceptíveis de estar submetidas à concorrência de mercado	503
II.	Contratos de colaboração subordinada do cocontratante na prossecução das atribuições do contraente público	505
III.	Contratos sobre o exercício de poderes públicos	510
IV.	Contratos interadministrativos	514
V.	Contratos de locação ou aquisição de bens móveis e serviços, de delegação de funções públicas, de cooperação e de atribuição de situações de vantagem	515

II – REGIMES JURÍDICOS SUBSTANTIVOS

1.	Enquadramento: âmbito de aplicação da Parte III do CCP e indicação de sequência	519
2.	Regime da invalidade dos contratos	527
2.1.	Invalidade consequente	528
2.2.	Invalidade própria e regime de invalidade	530
3.	Regime dos contratos administrativos de colaboração subordinada	533
3.1.	Execução do contrato e poderes do contraente público de conformação da relação contratual	535
3.1.1.	Poderes de direção e fiscalização	536
3.1.2.	Poder de modificação unilateral	537
3.1.3.	Poder de aplicar as sanções previstas para a inexecução do contrato	543
3.1.4.	Poder de resolução unilateral	544
3.2.	Incumprimento contratual	547
3.3.	Modificações objetivas da relação contratual	551
3.3.1.	Modificação unilateral do contrato: remissão	551
3.3.2.	Alteração objetiva das circunstâncias	552
3.3.3.	Alteração de circunstâncias imputável ao contraente público	558
3.3.4.	Limites à modificabilidade dos contratos	566
3.4.	Extinção do contrato	576
4.	Regime dos contratos sobre o exercício de poderes públicos	582
5.	Regime dos contratos interadministrativos de cooperação	597

6. Direito Administrativo aplicável aos contratos de direito privado da Administração	601
---------------------------------------------------------------------------------------	-----

**RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

1. Estrutura dualista do regime da responsabilidade da Administração	608
2. Repartição de responsabilidades entre a Administração Pública e os seus agentes	612
3. Responsabilidade da Administração Pública por falta do serviço (<i>faute du service</i>)	620
4. Pressupostos da responsabilidade por facto ilícito e culposo	624
4.1. Primeira modalidade de ilicitude: ilegalidade	627
4.2. Segunda modalidade de ilicitude: inobservância de deveres objetivos de cuidado	630
4.3. Terceira modalidade de ilicitude: funcionamento anormal do serviço	632
4.4. Dimensão subjetiva da ilicitude: ofensa de direitos ou interesses legalmente protegidos	635
5. Responsabilidade por atos administrativos ilegais	636
6. Responsabilidade pelo risco e presunção de culpa no incumprimento de deveres de vigilância	652
ÍNDICE	655